

ESTUDO DOS MUNICÍPIOS DA METRÓPOLE BAIANA A PARTIR DE ALGUNS INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO¹

LAUMAR NEVES DE SOUZA²
PATRÍCIA CHAME DIAS³
FLÁVIA SANTANA RODRIGUES⁴

Resumo

O objetivo central deste texto é discutir a função dos municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS) tomando como referência alguns indicadores de mercado de trabalho. Tal propósito revela-se pertinente por conta da existência de poucos trabalhos dedicados a investigar, comparativamente, a estrutura dos mercados de trabalho municipais como forma de compreender os processos sócio-espaciais mais gerais. Para dar conta desse intento, buscou-se historiar, de modo breve, a forma assumida pela industrialização na Bahia e o papel privilegiado que a RMS teve nesse processo. Na sequência, apresentam-se alguns elementos condicionantes para a análise do mercado de trabalho da RMS, a exemplo do tamanho das inversões industriais que afluíram, nos últimos tempos, para essa região. Logo em seguida, trabalhou-se com informações sobre o mercado de trabalho metropolitano, com base no Censo Demográfico de 2000, privilegiando-se a análise em escala municipal. Por fim, foram sistematizadas algumas considerações sobre o perfil ocupacional dos municípios metropolitanos e seus respectivos papéis nesse contexto.

Palavras chave: mercado de trabalho, desenvolvimento regional, municípios metropolitanos.

Abstract

This text's central objective is to discuss the Salvador Metropolitan

Region (RMS) municipalities' function, taking some labour market indicators as a reference. This intention is shown to be relevant because of the lack of work dedicated to comparatively investigating the municipal labour market structure as a form of understanding more general socio-spatial processes. In order to account for this objective, it is sought to recount the form taken on by industrialization in Bahia, in a brief way and the privileged role that the RMS had in this process. Following this, some conditioning elements are presented to analyze the RMS labour market, such as the size of industrial inversions that flowed to this region in recent times. Immediately after this, it works with information on the metropolitan labour market, based on the 2000 Demographic Census and favouring analysis on a municipal scale. Lastly, some considerations are systematized on

the metropolitan municipalities' occupational profile and their respective roles in this context.

Keywords: labor market, regional development, metropolitan municipalities.

JEL: R11, R58, JO1.

Introdução

A década dos 1990 foi marcada por redefinições no modelo de desenvolvimento que vinha sendo seguido no Brasil desde o segundo pós-guerra. Nesse período, contraditoriamente, ainda que tendências das etapas anteriores de expansão tivessem continuidade, e mesmo fossem reforçadas, ocorreram alterações nos papéis dos diferentes lugares, o que se refletiu nos seus respectivos mercados de trabalho. Dentre outras coisas, observaram-se rápidas

¹ Este trabalho é o desdobramento de duas outras iniciativas. A primeira é um estudo, levado a cabo pelos técnicos da Coordenação de Pesquisas Sociais (COPEs) da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), intitulado Mercados de trabalho municipais na Bahia: perfil dos mercados de trabalho em municípios e regiões econômicas e subsídios para políticas públicas. Já a segunda é a confecção de um artigo denominado Heterogeneidade e precariedade ocupacional no mercado de trabalho metropolitano, que foi apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

² Doutor em Ciências Sociais pela UFBA. Pesquisador da SEI e professor da UNIFACS. laumar@sei.ba.gov.br.

³ Mestre em Geografia pela UFBA. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Trabalha na SEI. patriciadias@sei.ba.gov.br.

⁴ Economista pela UFBA e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental pela UNIFACS. Técnica da SEI. flavia@sei.ba.gov.br.

mudanças na divisão inter-regional do trabalho, modificando o papel e as possibilidades e formas de desenvolvimento de cada região/cidade. Contudo, tais mudanças, de forma geral, não representaram alterações significativas nas hierarquias dos lugares; os grandes centros, que se consolidaram no Brasil a partir da implantação do processo de industrialização, não perderam importância no contexto nacional. Diferentes autores apontam que as referidas mudanças se deram nas formas de produção e nos modos de circulação; assim, a análise dos seus impactos espaciais, revela-se distinta conforme a escala tomada para sua avaliação.

Todavia, ainda que estudos sobre as alterações dos processos produtivos e seus impactos no mercado de trabalho sejam algo relativamente comum, no Brasil, a prioridade tem sido dada a escalas mais amplas, como a macro-regional, estadual e metropolitana, sendo escassas as análises que pretendam entender as repercussões das alterações na estrutura produtiva no mercado de trabalho em contextos intra-regionais⁵. O preenchimento dessa lacuna investigativa é importante, sobretudo em estados como a Bahia, que observou, nos últimas décadas, mudanças na sua estrutura produtiva, derivadas e/ou estimuladas por uma “onda” de investimentos patrocinados pelo capital privado, em muito incentivados por políticas públicas, tanto aquelas que promoveram isenção de impostos quanto aquelas que permitiram a implantação de uma série de estruturas que possibilitariam a instalação de tais investimentos. Inegavelmente, essas inversões privadas impulsionaram o crescimento econômico de determinadas áreas, que antes, eram tidas como estagnadas⁶. No estado em questão, tais mudanças fizeram com que a Região Metropolitana de Salvador, RMS⁷ (Figura 1), permanecesse como a área mais dinâmica da Bahia, seja do ponto de vista econômico, social ou demográfico.

A questão é que embora essa região seja alvo de uma série de estudos, são escassos aqueles que versem

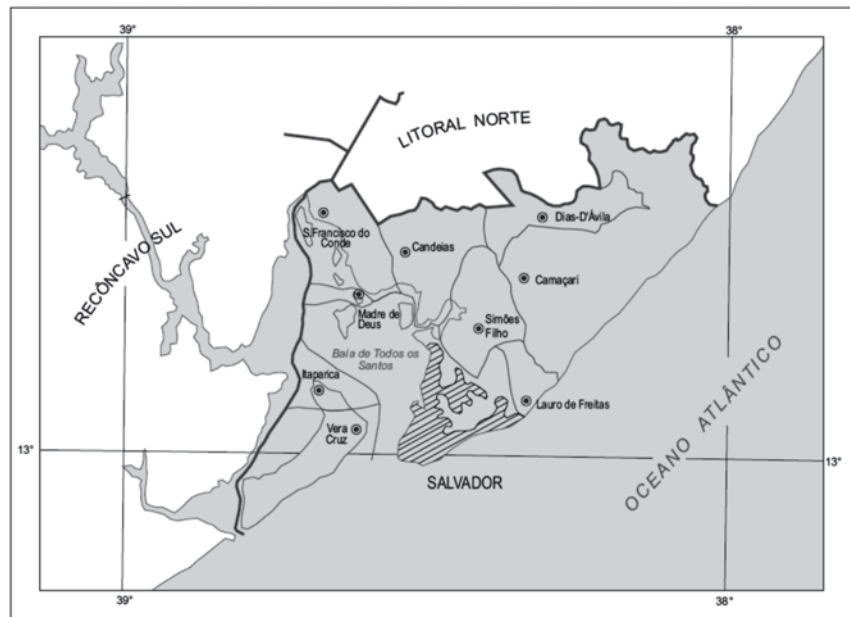


Figura 1 – Limites políticos administrativos da Região Metropolitana de Salvador

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2008

sobre a realidade municipal, que analisem as diferenças dos seus mercados de trabalho e as relações que os mesmos guardam com os papéis que cada um exerce na dinâmica produtiva metropolitana. De fato, tal como discute Franco (et al, 2006, p. 427), de forma geral “[...] tudo é feito como se a RMS fosse um bloco monolítico e homogêneo, em que cada um dos seus espaços apresentasse características, absolutamente, similares”, desconsiderando-as as especificidades históricas, econômicas e produtivas de cada uma de suas unidades. Tendo em vista essa situação, o objetivo central deste texto é discutir a função dos municípios da RMS, tomando como referência alguns indicadores de mercado de trabalho. Tal propósito revela-se pertinente por conta da existência de

poucos trabalhos dedicados a investigar, comparativamente, a estrutura dos mercados de trabalho municipais como forma de compreender os processos sócio-espaciais mais gerais.

Este texto está dividido em três partes. Na primeira, busca-se historiar, de modo breve, a forma assumida pela industrialização na Bahia e o papel privilegiado que a RMS teve nesse processo. Na segunda, apresentam-se alguns elementos condicionantes para a análise do mercado de trabalho da RMS, a exemplo do tamanho das inversões industriais que afluíram, nos últimos tempos, para essa região. Na terceira, trabalha-se com informações sobre o mercado de trabalho metropolitano, com base no Censo Demográfico de 2000, privilegiando-se a aná-

⁵ Isto se explica, em parte, pelo fato de que as informações mais relevantes para as análises na escala intra-regional e municipal serem fornecidas pelos Censos Demográficos, cuja periodicidade é decenal.

⁶ A exemplo do que ocorreu em Juazeiro, no norte do estado; em Barreiras, no oeste, e em Teixeira de Freitas e Eunápolis, no extremo sul baiano.

⁷ Tal região era composta, em 2000, data da realização do último censo demográfico, por dez municípios, a saber: Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz. Em 30 de janeiro de 2008, mais dois passaram a integrá-la: São Sebastião do Passé e Mata de São João.

“ Primeiro centro urbano do Brasil, Salvador consolidou-se como importante reduto comercial e portuário das Américas que, além de atender as demandas da maior parte da Bahia, era a porta de entrada da Europa no Brasil... ”

lise em escala municipal. Por fim, foram sistematizadas algumas considerações sobre o perfil ocupacional dos municípios metropolitanos e suas respectivas funções nesse contexto.

Anotações sobre a industrialização baiana: o foco na RMS

A RMS constitui-se na mais importante região da Bahia e muito dessa importância decorre de dois fatores: de ser o espaço em que foi concentrada praticamente toda a indústria moderna do estado⁸; e de possuir o município de maior porte e mais desenvolvido do estado, Salvador, que é a capital.

Primeiro centro urbano do Brasil, Salvador consolidou-se como importante reduto comercial e portuário das Américas que, além de atender as demandas da maior parte da Bahia, era a porta de entrada da Europa no Brasil. Posteriormente, mesmo com a perda da condição de capital colonial para o Rio de Janeiro, o desenvolvimento da indústria da cana e o cultivo do fumo no seu Recôncavo, extremamente conectados com a capital⁹, possibilitaram o enriquecimento da cidade e a manutenção do prestígio político de sua elite no cenário nacional, e serviram, ainda, para fortalecer sua posição frente aos demais municípios baianos. O fato é que, no século XVIII, Salvador tinha um importante papel regional como prestadora de servi-

ços, sobretudo os de caráter comercial, o que em muito estava associado ao papel do porto da Baía de Todos os Santos — entreposto comercial por onde circulavam mercadorias oriundas e destinadas à Metrópole.

Já entre o século XIX e o início do século XX, quando o Sudeste despontava como centro mais dinâmico do país, a Bahia permanecia como um estado influente em termos políticos e econômicos, posição associada à sua capacidade de permanecer como importante centro comercial. Ademais, como apontado por Faria (1980, p. 32)

[...] o papel da Bahia — e de Salvador — nos primeiros espasmos de industrialização que ocorreram no país não pode ser esquecido.

Tais indústrias, que tinham um caráter “quase artesanal” e eram destinadas à produção de têxteis baratos, não se pode deixar de lembrar, resultaram da combinação do excedente de capital proveniente da agricultura e da existência de

[...] modestos mercados isolados pela distância geográfica protegendo a indústria local da competição estrangeira.

Por isso mesmo, pode-se dizer que a industrialização ocorrida nesse período não teve papel relevante na dinâmica populacional ou produtiva da capital. Em relação à ocupação da mão-de-obra,

[...] parcelas ponderáveis de sua população ocupavam-se em atividades terciárias tradicionais e em atividades de subsistência de caráter

ter urbano” (FARIA, 1980, p. 33).

Chegando a meados do século XX, Salvador, a portentosa cidade baiana, que concentrava as principais funções e os recursos do estado, se constituía no centro de uma economia frágil, marcada pela ligação com um mundo agrícola decadente (SANTOS, 1958). A decadência das culturas tradicionais e o crescimento da importância do cacau (implantado no sul da Bahia), associados à crescente industrialização do Centro-Sul e a ampliação da integração da rede urbana nacional (o que colaborou para revelar a incapacidade da indústria local de competir com as existentes em outros estados) fizeram com que a capital baiana perdesse sua posição de destaque no país. Contudo, o fato de a Bahia encontrar-se numa fase de estagnação econômica, findou por fortalecer a prevalência de sua capital em relação aos demais municípios do estado. Por ter o maior mercado de trabalho urbano do estado, continuou a ter um papel polarizador, constituindo-se na única cidade baiana capaz de absorver, “antes mal do que bem”, os excedentes demográficos liberados pela crise que se abatia no seu interior (SANTOS, 1958): Em termos de projeção nacional, todavia, entre os anos 1920 e 1950, foi Recife que assumiu o papel de principal cidade do Nordeste, condição que por séculos pertenceu a Salvador (FARIA, 1980).

Entretanto, a descoberta de petróleo nas proximidades da capital, contribuiu para que interesses das elites locais e do governo estadual,

⁸ Isso se manteve por diversas décadas do século XX, mais propriamente nos anos de 1950 a 1970. Apenas mais recentemente (a partir do final dos anos 1970), é forma implantadas políticas e investimentos direcionados a outras áreas da Bahia, visando diminuir o “atraso” que as separava da RMS. Pode-se citar como investimentos descentralizadores de maior porte: o plantio de eucalipto e a produção de celulose na região do extremo sul; a introdução da produção de fruticultura irrigada, voltada para a exportação, em Juazeiro; e a expansão do cultivo mecanizado da soja no oeste baiano, particularmente no município de Barreiras.

⁹ As mercadorias que chegavam à capital baiana, vindas do Recôncavo, eram comercializadas em Salvador e de lá seguiam de lá para a Europa e África, assim como para outras capitanias. Os excedentes, do mesmo modo, ficavam em boa medida na capital baiana, já que a maioria dos senhores de engenho, especialmente os mais aquinhoados, tinham uma residência em Salvador.

associados a projetos de cunho federal, alterassem a posição da Bahia no cenário nacional. Tais interesses provocaram mudanças na estrutura econômica do estado, inserindo-o no projeto de industrialização nacional. Essas mudanças, é importante ressaltar, que resultaram num efetivo crescimento econômico da Bahia, repercutiram intensamente na organização e dinâmica dos municípios que viriam a constituir a RMS, onde ocorreram os processos e investimentos voltados à inclusão resultantes desse processo.

O primeiro marco dessa nova fase foi, após a descoberta de petróleo, a instalação, em 1955, da Refinaria Landulfo Alves (RLAM), em São Francisco do Conde. Em função dessa ocorrência, teve início a concentração setorial da indústria na RMS, o que, de certa forma, direcionou o crescimento econômico para tal região em detrimento das demais. Na visão de Menezes (2000, p. 76),

[...] a economia baiana sofreu de maneira significativa os efeitos da implantação da RLAM, não apenas em termos de expansão, mas também no que se refere à complexificação das atividades econômicas da RMS.

Outros autores, como Oliveira (1987) referem que a instalação dessa Refinaria implicou numa radical transformação da estrutura, da dinâmica econômica e da organização da sociedade baiana.

De início, observa-se que ocorreu a necessidade de re-estruturação espacial da capital e do seu entorno, seja pela instalação de vias de deslocamentos, de equipamentos públicos, de habitações etc., seja por conta da conseqüente redistribuição espacial da população, situação impulsionada pela mudança de usos que se fazia do solo. Com as novas atividades e funções, exigiu-se, por conseqüência, a alteração do perfil da mão-de-obra: a falta de articulação da nova atividade com os setores econômicos pré-existentes — ao contrário, representou o aniquilamento do que ainda restava da cultura canavieira e a desorganização grada-

tiva das atividades agropecuárias — promoveu a alteração do perfil da mão-obra da região (muitos trabalhadores agrícolas passaram para a construção civil ou ingressaram no terciário precário).

Nos anos 1960, a política nacional de desenvolvimento regional empreendida pela então Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)¹⁰ priorizou a Bahia, o que viabilizou a implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA), em Simões Filho, no ano de 1966. É fundamental destacar as mudanças nas formas de ocupação e nas relações de trabalho¹¹. Apenas na Refinaria, criaram-se 13.000 empregos diretos, nos quais pagavam-se altos salários, totalmente incompatíveis com o que havia anteriormente. Elevou-se em muito a demanda por trabalhadores para a construção civil, seja para a construção de infra-estruturas ou de moradias, ampliou-se o setor de serviços, criando-se a necessidade de instalação de estruturas mais qualificadas, mas, mantiveram-se setores extremamente precários em termos das formas de ocupação e das relações de trabalho (CARVALHO; SOUZA, 1980).

Inegavelmente, esses eventos repercutiram na ampliação dos níveis de urbanização de Salvador e dos seus municípios vizinhos, que tinham uma estrutura predominantemente rural. A implantação da RLAM, do CIA, e de todas as estruturas que resultaram na possibilidade de funcionamento de ambos, al-

“ em função de uma estratégia agressiva de incentivos fiscais promovida pela SUDENE e da produção da RLAM, foi inaugurado, em 1978, no município de Camaçari, o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), então o segundo mais importante pólo petroquímico do País... ”

teraram, como já dito, a lógica que regia a vida dos seus moradores. Isso resultou em mudanças nas relações das pessoas com o espaço e em novas formas de inserção no processo produtivo.

No fundamental, pode-se dizer que, daí em diante, a trajetória da Bahia rumo à industrialização tornou-se, por assim dizer, inexorável. A confirmação dessa realidade veio nos anos 1970: em função de uma estratégia agressiva de incentivos fiscais promovida pela SUDENE e da produção da RLAM, foi inaugurado, em 1978, no município de Camaçari,

¹⁰ Tal política pretendia a atração de indústrias do Sudeste para o Nordeste e, para isso, usava como principal estratégia a redução da carga tributária das empresas que para lá migrassem. Também se contemplou, com o apoio dos governos estaduais, a construção da infra-estrutura necessária à produção e escoamento das mercadorias.

¹¹ Na visão de Guimarães (2002, p. 269), a instalação da RLAM estava envolta numa certa mística de redenção e mudança. Segundo o seu ponto de vista, daí por diante fincaram raízes “[...] no cotidiano e no imaginário soteropolitanos — com seus lugares de classe e os seus símbolos de consumo e status até então bem definidos — as novas figuras da ordem econômica moderna (a grande produção fabril, a grande indústria mecanizada, tipificadas na ‘nossa’ refinaria) e as representações de si que davam contornos aos novos atores sociais (os ‘petroleiros’ e suas insólitas atitudes para com o consumo e o dinheiro; os engenheiros e técnicos e a introdução de uma nova classe média, de quadros diretivos e gerenciais, lubrificando o cotidiano da pacata vida urbana de Salvador; o sindicalismo do petróleo e sua capacidade de negociar interesses em nome da sociedade local)”.

“ a instalação do Pólo, ao aumentar a renda média da RMS, [...], gerou novas demandas na capital e nos municípios vizinhos... ”

o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), então o segundo mais importante pólo petroquímico do País. Esse empreendimento, de fato, fez com que a economia baiana perdesse o seu perfil agrário-exportador e passasse a ser uma referência nacional nos setores químico — notadamente a petroquímica — e metalúrgico.

O avanço das atividades relacionadas a esses setores no estado se deveu basicamente, a três motivos: o primeiro, refere-se a existência na Bahia de uma base técnica, associada ao fato de já possuir uma refinaria de petróleo e de ser, a essa altura, o maior produtor desse bem no país; o segundo, relaciona-se à carência, no plano nacional, de determinados insumos básicos indispensáveis à mobilização da indústria de transformação localizada no Centro-Sul; o terceiro, por seu turno, guarda relação com o fato de o Governo Federal ter, naquele momento, dentre seus objetivos prioritários a redução dos desequilíbrios regionais (TEIXEIRA; GUERRA, 2000).

Outro autor que tratou do processo dessa conversão da economia baiana foi Menezes (2000, p. 75), para quem os investimentos industriais, ao mudarem o perfil da economia baiana, findaram por alterar o ritmo de expansão do PIB, e, indiretamente, deram “[...] origem a novos setores e oportunidades de investimento, modernizando e complexificando a economia baiana — e alterando, dessa maneira, a sua forma de funcionamento e as suas relações com o restante da economia nacional”.

Vista por uma outra perspectiva, a instalação do Pólo, ao aumentar a renda média da RMS, via principal-

mente pagamento de salários, e ao atrair elevado número de imigrantes, desde de sua construção, inclusive de outros estados, gerou novas demandas na capital e nos municípios vizinhos o que, assim como verificado no processo de implantação da RLAM, apresentou impactos na estrutura sócio-espacial e produtiva da capital e no perfil dos seus trabalhadores.

Em Salvador ocorreu, por exemplo, a expansão da área urbanizada, aceleração no processo de produção de moradias, a abertura de avenidas de vale, a implantação do primeiro shopping center, o deslocamento do centro administrativo do estado do centro tradicional para uma área de expansão urbana. Em Camaçari, que antes do COPEC, tinha uma estrutura urbana bastante incipiente e uma economia baseada em atividades primárias tradicionais, recebeu intensa migração de pessoas que buscavam, sobretudo, se inserir em atividades vinculadas à construção civil, o que resultou em acelerado crescimento populacional. Em Simões Filho, que também experimentou a ampliação vertiginosa de sua população, observou expansão urbana, mas, igualmente, a expulsão de trabalhadores agrícolas tradicionais ou sua mudança na forma de participação do mercado de trabalho (especialmente, sua inserção no setor de serviços).

Com relação aos trabalhadores do COPEC, os com melhores posições e salários residiam, principalmente, em Salvador. Isso foi possível porque Camaçari está a cerca de 42km de Salvador e, dentre as estruturas que viabilizaram a construção do Pólo, estava a BA-099, que liga o centro de Salvador àquele município. Nesse contexto, o município de Lauro de Freitas, entre Salvador e Camaçari (ver Figura 1), emancipado em 1962 também sem qualquer dinâmica urbana, foi amplamente ocupado por loteamentos populares e de luxo que pretenderam absorver parte da demanda por moradia dos trabalhadores do CIA e do COPEC, que por razões diversas não pretendiam residir em Camaçari ou em Salvador.

É digno de nota que ainda que a produção industrial não ocorresse na capital baiana, a lógica de desenvolvimento dessa atividade privilegiava-a como centro desse processo: além de abrigar os trabalhadores mais qualificados desses empreendimentos, permaneceu concentrando os principais equipamentos e serviços da região, permanecendo, ainda, como seu principal centro financeiro. Efetivamente, não se produziram em São Francisco do Conde, Simões Filho e Camaçari equipamentos que de fato possibilitassem o desenvolvimento urbano dessas áreas ou que viabilizassem, ao menos, esses se tornassem local de moradia dos funcionários mais qualificados desses empreendimentos. Desse modo, ainda que as populações desses municípios tenham se ampliado significativamente entre 1970 e 1980, o que influenciou diretamente no aumento dos níveis de urbanização, isso não implicou em aumento significativo da sua complexidade urbana desses municípios, em termos de serviços e estruturas.

É válido ressaltar que a estratégia de alocar os investimentos industriais em municípios muito próximos e articulados a Salvador, reforçou a vinculação e a dependência desses em relação à capital, mantendo as desigualdades sócio-espaciais antes existentes. Desse modo, a capital baiana, como em outros momentos de sua história, reafirma sua importância regional por conta da intensidade e diversidade de atividades ligadas aos setores de serviço e comércio, incluindo nessa pauta aqueles que servem de suporte à produção industrial.

Ademais, Salvador se constitui no centro da administração pública e administrativa estadual, o que contribui para que nela sejam alocados os maiores volumes de investimentos, negócios e parcerias com agências e organismos multilaterais. Essa situação, pode-se dizer, revela aquilo que Milton Santos considera o papel das rugosidades frente à mudança dos processos: uma estrutura passada condiciona a função dos espaços no presente. “Os modos de

produção cedem lugar a outros, os momentos de cada modo se sucedem enquanto os objetos sociais por eles criados continuam firmes, e muitas vezes ainda com uma função na produção” (SANTOS, 2002, p. 174). Assim,

[...] as estruturas vindas do passado, ainda que parcialmente renovadas, tenderão a continuar a reproduzir o todo tal como era na fase precedente” (SANTOS, 1986, p. 54).

Nesse sentido, não se estranha, até mesmo pela forma, velocidade com que ocorreu a industrialização e a urbanização da RMS, que a maior cidade da Bahia exerça grande influência na organização e na dinâmica de todos os demais municípios metropolitanos, permanecendo como foco das principais demandas dos seus moradores, situação que contribui para a ampliação do seu mercado de trabalho.

Essas são algumas das razões que a ruptura com os processos produtivos tradicionais na Bahia não resultassem em alterações nas assimetrias das relações entre os municípios metropolitanos, ao contrário, a histórica centralidade de Salvador foi reafirmada quando da inserção da Bahia no projeto de industrialização nacional.

Mercado de trabalho metropolitano: condicionantes da análise

As considerações sobre as características dos mercados de trabalho dos municípios da RMS tomam como pano de fundo a idéia de que seus traços mais gerais estão associados às magnitudes de suas respectivas populações, ao desenvolvimento de suas economias, e da posição que esses ocupam, sobretudo, nos planos estadual e metropolitano e na hierarquia das cidades – o que se reflete nos fluxos de bens, serviços e de força de trabalho¹². Melhor dizendo, os mercados de trabalho desses municípios resultam de um conjunto de circunstâncias que consolidaram a estrutura produtiva dessa região, da Bahia e da forma como ela

se insere no processo de divisão interregional do trabalho no país.

Conforme visto anteriormente, a partir dos anos 1950, houve uma espécie de “conspiração” no plano da economia baiana em favor da concentração de investimentos na RMS. Em anos mais recentes (entre 1990 e 2000), esse movimento persiste: a maioria dos investimentos industriais foram direcionados à área metropolitana. É para ela que afluem os recursos que garantem a expansão e modernização da economia baiana¹³, tal situação pode ser comprovada pelos dados da Secretaria de Indústria Comércio e Mineração da Bahia (SICM). De acordo com essa Secretaria, cerca de 46,5% do volume de investimentos carreados por esse estado dirigiu-se para aquela área o que, evidentemente, acabou por reforçar ainda mais o peso de tal região no contexto estadual. Destaca-se ainda que, no âmbito estadual, a RMS respondia por 43,1% de toda a riqueza que foi gerada no estado em 2002. Levando-se em conta que essa região é formada por apenas 10 municípios e que a Bahia, como um todo, possui 417, vê-se o quão concentrado é esse processo de geração de renda.

Contudo, o planejamento da distribuição desses recursos na região não tem sido feito de modo a buscar diminuir as desigualdades nela existentes. Do contrário, privilegiavam-se algumas porções do seu território em detrimento de outras. Além disso, as especificidades dos investimentos às vezes inviabilizam um desenvolvimento (entendido de forma distinta de crescimento econômico) da área onde se implantam.

Os efeitos multiplicadores dessa ocorrência são evidentes. Alguns municípios metropolitanos, observa-

ram um movimento resultante de alterações indicativas de modernização da economia, mas, que, paulatinamente, prejudicavam seu crescimento endógeno. Isso ocorreu, por exemplo, em Camaçari e Simões Filho. Nesses municípios forma implantadas as principais estruturas industriais da Bahia, todavia, atrelado a esse processo, não ocorreu uma dinamização urbana efetiva, o que não lhes é específico. De fato, o urbano típico das localidades industrializadas é precário, pouco diversificado e qualificado, conseqüentemente,

[...] pouco atrativo para os contingentes populacionais que poderiam torná-lo mais diverso, mais dinâmico, enfim, que poderiam romper o círculo vicioso que combina predominância da pobreza com a estruturação deste urbano precário” (FRANCO, 1993, p. 81).

Em outros termos, parte daqueles que trabalham nesses municípios preferiram residir em outros municípios da RMS, especialmente Salvador, e, por via de consequência, era lá que empregavam seus rendimentos.

Na década de 1990, algumas estratégias de redução de custos empreendidas pelas empresas, aparentemente, contribuiriam para alterar essa tendência. Uma dessas medidas é a de dar preferência, quando pertinente, à trabalhadores que residem no próprio município onde elas se localizam, diminuindo, assim os custos com o deslocamento de seus funcionários. Todavia, para os funcionários que ocupavam posições mais elevadas nas escalas hierárquicas das organizações, permaneceu a tendência de concentrar-se em localidades mais valorizadas e com maior infra-

¹² Essa idéia foi tomada de empréstimo de Borges (2003b), quando refletia sobre a RMS no cenário da economia baiana.

¹³ Não se desconhece que a opção pela RMS está relacionada às estruturas nela existentes, principalmente, a infra-estrutura de serviços e de deslocamentos (acesso a estradas e, principalmente, ao porto). Contudo, cabe assinalar que essa opção reforça a consolidação da estrutura hierárquica existentes entre os municípios baianos e não contribui para a redução das desigualdades sócio-espaciais.

estrutura — muitas empresas chegavam a locar imóveis de alto padrão, localizados na orla de Camaçari e de Lauro de Freitas, preferencialmente, mas também, em Salvador. Esses dois primeiros municípios, aliás, tem sido alvo, desde o final dos anos 1960, de uma série de ações do mercado imobiliário voltados a atender demandas de distintos segmentos sociais. O estabelecimento desses empreendimentos, reflexo da expansão do mercado de trabalho, tem gerado, igualmente, um efeito na criação de oportunidades de trabalho, especificamente no setor de serviços, que absorve, sobretudo, trabalhadores residentes no próprio município.

Essa situação tem contribuído para alterar seu *status* na estrutura metropolitana, deixando de ser principalmente “cidades dormitório”, e passando à condição de geradores de postos de trabalho. A questão é o tipo de atividades que estão disponíveis para essa população. Guardadas as devidas proporções, o que se vê Lauro de Freitas é a disseminação do número de “exilados da opulência”, fenômeno esse que outrora havia sido identificado por Oliveira (1980) para a capital, posto que no mesmo espaço onde crescem as “fortificações”, destinadas a abrigar os indivíduos de elevada renda metropolitana, instalam-se invasões, local de moradia para aqueles que prestam serviços aos seus “vizinhos” — a elite dirigente da capital (CARVALHO; SOUZA; PEREIRA, 2004).

Desse modo, a pujança econômica da RMS não faz com que seja uma espécie de “oásis” dentro da Bahia. Uma análise atenta da forma como cada município metropolitano participa do referido esquema de criação de riqueza, revela o quanto esse entendimento é equivocado. Mais que isso, se a RMS concentra uma fatia expressiva do PIB estadual, Salvador participa com cerca de 54,0% do total. O segundo município que mais se destaca nesse *ranking* é Camaçari — onde estão as indústrias mais modernas da Bahia —, muito embora com uma participação que é pouco mais de 1/3 da obtida por Salvador (18,9%). Segue-se nesse

ranking, São Francisco do Conde, onde está a RLAM, com 14,4% do total. Outros municípios, a exemplo de Itaparica, Madre de Deus e Vera Cruz, ocupam uma posição marginal no plano da geração de riqueza metropolitana, agregando, cada um, menos de 0,5% do que é gerado na região.

Muito da posição desse último grupo de municípios, decorre das características intrínsecas da sua estrutura produtiva, podendo ser explicada pelo vetor de crescimento da economia metropolitana. O planejamento estatal, desde a descoberta do petróleo e a instalação do COPEC, vem privilegiando a direção norte da capital. A rigor, não fosse sua posição geográfica, que os vincula a alguns municípios da RMS, não há razão econômica para enquadrá-los nesse espaço. Em verdade, dadas suas limitadas capacidades produtivas, o que ocasiona um reduzida poder de absorção e fixação da força de trabalho local, muitos dos seus moradores são obrigados a buscar ocupação em outros municípios da RMS, especialmente Salvador¹⁴.

Os mercados de trabalho dos municípios: uma análise da participação, do desemprego e da ocupação.

A RMS notabilizava-se, em 2000, de acordo com o Censo Demográfico, por concentrar a maior parcela — absoluta e relativa — de pessoas em idade ativa, aproximadamente 2,5 milhões de pessoas. Deste total, cerca de 1,5 milhão estavam economicamente ativas (PEA), enquanto aproximadamente 1,0 milhão de pessoas encontravam-se na inatividade. A sua taxa de participação¹⁵, por sua vez, era a maior dentre todas as que foram apuradas para as demais regiões do estado, situando-se em

60,6%. Como era de se esperar pelo seu perfil, Salvador, a principal força econômica da Bahia, detinha, no mesmo ano, cerca de 2,0 milhões de pessoas em idade ativa (PIA). Dessas, aproximadamente 1,2 milhão eram economicamente ativas e cerca de 800 mil não se encontravam economicamente ativas, registrando uma taxa de participação de 61,2%.

Os municípios de Camaçari e Lauro de Freitas, por seu turno, possuíam, respectivamente, perto de 127 mil e 91 mil pessoas em idade ativa. No município de Camaçari, especificamente, a PIA congregava 74 mil pessoas ativas economicamente e 53 mil pessoas inativas economicamente, fato que implicava em uma taxa de participação que alcançava o patamar de 58,0%. Já em Lauro de Freitas, 58 mil pessoas eram economicamente ativas e, aproximadamente 33 mil eram não economicamente ativas, do que resultava a maior taxa de participação registrada em um município da RMS (63,7%). Não por acaso, eram, principalmente, os municípios com reduzida capacidade produtiva aqueles que apresentavam os menores valores para esse indicador.

Cabe assinalar que dentre todas as regiões metropolitanas do país, a RMS se distingue das demais em dois aspectos extremamente negativos: possuir a mais alta taxa de desemprego e congregar um considerável leque de trabalhadores claramente inseridos no âmbito da informalidade.

Um conjunto de razões que justificam essa realidade pode ser encontrado nos elementos que conformam a dinâmica da economia local, mais precisamente nos fatores que condicionam sua demanda e oferta de força de trabalho. Com efeito, a economia da RMS há muito se mos-

¹⁴ Esse movimento pendular é uma situação enfrentada não apenas por aquelas pessoas que buscam engajar-se em uma atividade produtiva, oferecendo, portanto a “força dos seus braços”, mas também pelas que procuram elevar suas credenciais educacionais, bem como pelas interessadas em, ao mesmo tempo, trabalhar e estudar.

¹⁵ Expressa a relação entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa (PEA/PIA). Ou seja, indica a proporção de pessoas com dez anos ou mais incorporadas ao mercado de trabalho, como ocupados ou desempregados.

tra incapaz de responder aos sinais emitidos pela oferta, no sentido de garantir baixas taxas de desemprego¹⁶.

Conforme dados do Censo 2000, a RMS possuía uma taxa de desemprego que se situava no patamar de 25,2%, ou seja, bem acima do valor medido para o conjunto da economia baiana (18,4%). À primeira vista, esses números parecem guardar pouca correlação com o senso comum, que sugeriria um resultado oposto, uma vez que a RMS, dado o seu dinamismo econômico, deveria ser um espaço no qual se apuraria a menor taxa de desemprego da Bahia.

Contudo, é pertinente justificar a maior taxa de desemprego da RMS, comparativamente às outras regiões do estado, em função da sua maior exposição à pressão experimentada pelo seu mercado de trabalho, tal qual revelado pela dimensão da sua taxa de participação. É absolutamente “sensato” que as pessoas optem por buscar ocupação em um mercado de trabalho de localidades em que as possibilidades de inserção pareçam melhores.

Em contextos como o baiano, essa preferência assume uma dimensão ainda mais importante, na medida em que a RMS se apresenta para muitos trabalhadores, de vários rincões, como a única possibilidade de tentativa de “rompimento”, ou melhor de alívio, do quadro de completa e absoluta escassez de recursos a que estão expostos, seja os de natureza financeira ou de outras matizes. Dentro dessa linha de pensamento é que Borges (2003b, p. 76) afirma que a RMS passou a ser

[...] um ponto de referência para o constante ‘ir e vir’ que integra o modo de vida de contingentes numerosos de trabalhadores baianos, há décadas forçados a fazer do nomadismo um ingrediente indispensável na estratégia de sobrevivência da família.

Com relação aos seus municípios, é digno de nota que a menor taxa de desemprego foi encontrada em Lauro de Freitas. Como já mencionado, a proximidade desse municí-

pio em relação à capital (que possuía a segunda menor taxa de desemprego) decorre de sua proximidade da mesma e do fato de que se constitui em local de residência de muitos dos que trabalham em Salvador, Camaçari e mesmo em Simões Filho.

Destacadas essas questões, não se pode esquecer de mencionar que o fato da RMS contabilizar uma taxa de desemprego superior à medida para o conjunto da economia baiana é devido a assuntos de natureza metodológica. De forma mais precisa, tem-se que o Censo 2000 trabalha com um tipo de categoria de posição na ocupação — trabalhadores na produção para o próprio consumo — que assume no plano da economia baiana uma representatividade importante, correspondendo a 6,7% do total de ocupados, mas que no âmbito exclusivo da economia metropolitana é praticamente insignificante, posto que significa, em termos aproximados, apenas 0,3% do seu contingente ocupacional.

O enfrentamento dessa realidade faz toda diferença na hora em que são computadas as taxas de desemprego para o conjunto dos municípios baianos. Assim sendo, muitos deles, que estão completamente afastados do centro dinâmico da economia baiana, no caso a RMS, acabam registrando uma taxa de ocupação altíssima, ou, o que é a sua antítese, uma taxa de desemprego muito baixa, assemelhando-se a situações que conceitualmente condizem com o pleno emprego da força de trabalho.

Essa é, por exemplo, a situação apurada nos municípios de Biritinga, Érico Cardoso, Lamarão, Aracatu, Cabaceiras do Paraguaçu, Adustina, Matina, Barro Alto, Santanópolis, São Miguel das Matas, Dom Basílio, Tabocas do Brejo Velho, Elísio Medrado, Sebastião Laranjeiras, Banzaê, Heliópolis, Sítio do Quinto, Paripiranga, Crisópolis e Barra da Estiva. Todos eles registravam, em 2000, taxas de desocupação menores do que 5%¹⁷. Como já se disse, a conformação desse quadro só é possível graças ao fato de que a inserção no mercado de trabalho baiano de uma parte significativa dos trabalhadores se dá por vias bastante precárias. Esse é notadamente o padrão que se verifica naqueles municípios que registram as taxas de ocupação mais elevadas.

Dentro dessa perspectiva, fica muito claro que as informações do Censo 2000, no que tange ao mercado de trabalho, devem ser avaliadas com parcimônia em virtude dos seus encaminhamentos metodológicos. Prova dessa assertiva pode ser encontrada, por exemplo, no fato de que nos dois municípios onde o problema do desemprego atinge níveis mais moderados, porém não menos preocupantes, para os padrões metropolitanos (Salvador e Lauro de Freitas), o patamar da taxa de desemprego é cerca de cinco vezes superior ao medido no conjunto de municípios acima referidos, nos quais, pelas estatísticas levantadas, o problema do desemprego parece não existir.

¹⁶ Mesmo no auge do processo de desenvolvimento das forças produtivas da economia metropolitana, nos anos 1970 e 1980 (período no qual ocorreram expressivos investimentos tanto públicos quanto privados), não se conseguiu reduzir os excedentes de força de trabalho. Nesse intervalo de tempo, mantém-se mais ou menos constante a proporção da População Economicamente Ativa (PEA) em atividades de baixa produtividade, associadas ao subemprego ou ao setor informal, bem como índices de desemprego elevados (BORGES; FILGUEIRAS, 1995). Na opinião de Santos (1998), tais problemas acabaram por se constituir em características estruturantes desse mercado de trabalho.

¹⁷ Essa informação está em sintonia com os resultados que constam de um estudo produzido pela SEI, em 2005, no qual se investiga a situação dos 417 municípios baianos no que diz respeito às condições de operação e funcionamento dos seus respectivos mercados de trabalho. Nesse trabalho é possível constatar que na maioria esmagadora dos municípios baianos (315) — o que corresponde, percentualmente, a 80,7% do total de municípios existentes no estado — a taxa de ocupação é igual ou superior a 80,0%.

Perseguindo essa linha de pensamento, pode-se concluir, com base nos números levantados pelo Censo 2000, que quanto mais afastados forem os municípios do centro dinâmico da economia baiana, menores serão as suas taxas de desemprego. Mais uma vez, é preciso que se insista na tese de que a conformação desse quadro não significa, em absoluto, que os trabalhadores dessas localidades enfrentam, no mercado de trabalho dos seus respectivos municípios, condições mais favoráveis.

Ao invés disso, muitos desses trabalhadores experimentam uma situação diametralmente oposta, tendo que conviver, em não raros momentos, com o dissabor de não ter perspectivas quanto à venda da sua força de trabalho, já que nas localidades que residem impera um cenário de marasmo econômico. Desse modo, não lhes restam outra alternativa senão tentar garantir condições mínimas de sobrevivência por via da execução de alguma atividade laborativa, normalmente ligada a agropecuária, que lhe dê como resultado, não a obtenção de recursos monetários, mas sim a possibilidade de ter algum produto, de origem vegetal ou animal, que possa utilizar no seu consumo diário.

Indubitavelmente, as possibilidades de engajamento no mercado de trabalho que se apresentam aos trabalhadores metropolitanos são mais efetivas, no sentido de que nesse espaço existe, indubitavelmente, um maior leque de opções para que os trabalhadores possam ofertar a sua força de trabalho e consigam, assim, obter os recursos financeiros que garantam a sua sobrevivência individual, bem como a de sua família, se for o caso. Contudo, muito provavelmente, um contingente expressivo de trabalhadores gostaria de também poder contar com aquela válvula de escape — o trabalho para o próprio consumo — que está mais amplamente facultada aos trabalhadores que residem nos municípios do interior do estado do que para os trabalhadores metropolitanos. Decerto, se esses últimos trabalhadores

“ ... era comum ver a plantação de hortas tanto no seu entorno quanto na região mais central, porém em virtude da construção das avenidas de vale (Bonocô, Nazaré, Canela, etc.) essa atividade simplesmente desapareceu... ”

tivessem maiores condições de implementarem essa estratégia, os municípios metropolitanos registrariam taxas de desemprego mais baixas, situação que traria, por conseguinte, o benefício adicional de proporcionar uma certa amenização nas suas condições de reprodução.

Nesse particular, o caso do município de Salvador é mais uma vez exemplar, posto que as intervenções econômicas e urbanísticas pelas quais passou, simplesmente, inviabilizaram a realização de atividades ligadas à agropecuária. Num passado não muito distante, era comum ver a plantação de hortas tanto no seu entorno quanto na região mais central, porém em virtude da construção das avenidas de vale (Bonocô, Nazaré, Canela, etc.) essa atividade simplesmente desapareceu. Como se poderá comprovar na sequência, é praticamente marginal o peso das atividades relacionadas à agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca no contexto ocupacional de Salvador (0,6%).

Insistindo um pouco mais na questão do desemprego, cabe ainda destacar que os municípios metropolitanos que mais padecem com essa problemática são Madre de Deus e São Francisco do Conde, posto que registram taxas de desempre-

go da ordem de, respectivamente, 33,1% e 31,7%. Essa é, para dizer o mínimo, uma situação curiosa e que exemplifica de maneira categórica a fragilidade dos mercados de trabalho dos municípios da RMS.

Pelo menos no plano da teoria, deveria se apurar nesses dois municípios taxas de desemprego muito mais baixas do que essas, tendo em vista que tratam-se de localidades nas quais se gera, proporcionalmente, uma riqueza de valor considerável para os padrões baianos. O município de São Francisco do Conde, inclusive, frequentemente aparecia nas estatísticas oficiais do IBGE como aquele que detinha o PIB per capita mais alto dentre todos os municípios brasileiros.

Acontece que todo esse vigor econômico não se traduz no engendramento de variáveis endógenas que garantam a permanência, e posterior circulação, da renda que nasce nos referidos municípios. Ou seja, neles se gera riqueza. Porém, uma boa fatia dela, certamente a maior parte, é escoada para outros locais, a exemplo de Salvador e Lauro de Freitas, ou até mesmo para municípios pertencentes a outros estados.

Cabe assinalar que uma parte desses recursos só retorna a esses municípios através de transferências governamentais, repassadas via Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Dado o montante desses recursos, não seria descabido imaginar que os gestores municipais, no caso os prefeitos, pudessem promover mudanças importantes na realidade sócio-econômica de tais municípios. Contudo, o que se vê, sobretudo, no plano da economia de São Francisco do Conde é um inchaço do gasto público relativo ao pagamento de funcionários. Tanto é assim, que tal município é o que proporcionalmente, dentro da RMS, mais se destaca pela presença de trabalhadores na condição de militares e funcionários públicos estatutários (22,9%)¹⁸, conforme poderá ser visualizado na sequência (Figura 2).

¹⁸ Outros municípios que se destacam nesse particular são Madre de Deus e Vera Cruz.

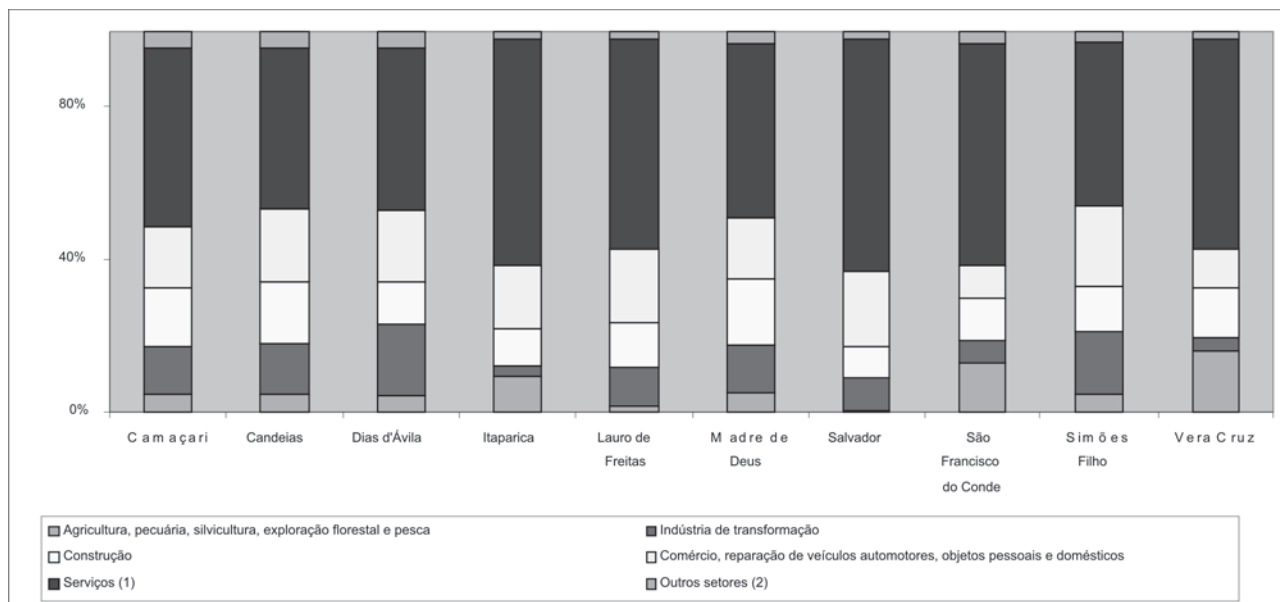


Figura 2 – Distribuição relativa dos ocupados, segundo os setores de atividade, municípios da RMS, 2000

Fonte: IBGE. Censo Demográfico - 2000 - Microdados da Amostra

Notas: (1) Alojamento e alimentação + Transporte, armazenagem e comunicação + Intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas + Administração pública, defesa e seguridade social + Educação + Saúde e serviços sociais + Outros serviços coletivos, sociais e pessoais + Serviços domésticos; (2) Indústria extrativa e distribuição de eletricidade, gás e água + Atividades mal definidas.

Seria natural supor, seguindo um raciocínio lógico e trivial, que o município de Salvador fosse aquele que mais se destacasse com a presença de trabalhadores na condição expressa acima, afinal de contas trata-se do município que é a capital do estado, e que, por conseguinte, arregimenta um grande contingente de pessoas para manter a máquina pública. Pois bem, esse não é efetivamente o quadro que se verifica, haja vista que em São Francisco do Conde existem proporcionalmente mais de três vezes mais trabalhadores ocupados na condição de militares e funcionários públicos estatutários do que no município mais importante do estado.

Como bem se sabe, dadas as debilidades inerentes às economias da quase que totalidade dos municípios baianos, o Estado em muitos deles teve que assumir a condição de principal empregador. Não obstante, para os padrões metropolitanos tal condição parece estar em um patamar extrapolado no município de São Francisco do Conde.

É preciso acrescentar a essas ponderações que não há dúvida de que

grande parte do problema do desemprego enfrentado pelos municípios metropolitanos tem a sua gênese na própria natureza dos empreendimentos capitalistas instalados nessa região, altamente intensivos em capital e, por via de consequência, com limitada capacidade para demandar mão-de-obra¹⁹. Informações um tanto quanto que recentes dão conta de que em função da agressiva política de atração de investimentos, o Estado da Bahia conseguiu canalizar para suas terras, no período 1994²⁰ a 2005, um volume de

recursos, destinados à criação e/ou ampliação de plantas industriais, que totalizou a quantia de aproximadamente R\$ 28 bilhões, a qual deveria redundar na criação de cerca de 128.566 empregos diretos. Na hipótese desses números serem fidedignos, caracterizou-se uma relação de R\$ 217,9 mil para cada emprego gerado.

Voltando a análise agora para discutir, em mais detalhes, os aspectos relativos à situação ocupacional dos municípios metropolitanos, pode-se esboçar o seguinte cenário:

¹⁹ De acordo com informações levantadas pela Superintendência de Desenvolvimento da Indústria e Comércio (SUDIC), no começo da década de 1990, na área do Complexo Petroquímico de Camaçari, as empresas em operação e em implantação representavam um investimento de quase US\$ 8 bilhões e empregavam, de forma direta, cerca de 24 mil trabalhadores. Tais números representam uma elevadíssima relação capital/trabalho, expressa na situação de que para se abrir um posto de trabalho era necessário, nessa época, desembolsar uma quantia de cerca de US\$ 321 mil. Sendo assim, tem-se que para cada US\$ 1 milhão investido, três novos postos de trabalho eram criados.

²⁰ Conforme indica Santos (2004), este ano marca o momento em que os programas de atração criados nesse período por muitos estados, inclusive a Bahia, começaram a apresentar algum resultado. Não por acaso é a partir desse instante que se inicia o processo de estabilização da economia nacional e o fluxo de investimento interno e externo é retomado no país.

“ ... a indústria de transformação não se constitui no setor de maior relevância na estrutura produtiva da RMS para nenhum de seus municípios. Essa função fica a cargo do setor de serviços, que lidera a dinâmica do mercado de trabalho metropolitano... ”

em 2000, o mercado de trabalho da RMS reunia quase $\frac{1}{4}$ de toda a ocupação do estado, o que correspondia, em termos absolutos, a, aproximadamente, 1,1 milhão de trabalhadores. Esta ocupação tem uma disposição setorial muito particular frente as demais regiões da Bahia, pois além de conter, praticamente, toda a sua indústria de transformação, também é um centro de referência no que tange a oferta de serviços e por possuir o maior e mais diversificado comércio.

Posto isso, cabe chamar atenção para o fato de que embora o volume de riqueza gerada pelo setor industrial na RMS seja significativo a ponto de influenciar o desempenho econômico do estado²¹, não se traduz em benefícios imediatos no mercado de trabalho local. Desse modo, a indústria de transformação não se constitui no setor de maior relevância na estrutura produtiva da RMS para nenhum de seus municípios. Essa função fica a cargo do setor de serviços, que lidera a dinâmica do mercado de trabalho metropolitano, em termos de ocupação de sua força de trabalho.

Assim sendo, conforme se pode perceber no Gráfico 1, em todos os municípios o setor de serviços representava uma proporção acima de 40,0% do total da ocupação, sendo Candeias (42,3%) o de menor percen-

tual e Salvador (60,9%), aquele que mais se sobressaía. Outro setor de muita relevância na conformação ocupacional da RMS era o de comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos, configurando-se no segundo mais importante como gerador de oportunidades de trabalho, exceto para Madre de Deus, onde o setor de construção tinha uma maior participação, 17,4%, e para os municípios de São Francisco do Conde e Vera Cruz, que possuíam na agricultura, silvicultura, exploração florestal e pesca a sua segunda maior válvula de escape para os indivíduos que estavam ofertando sua mão-de-obra. Vale observar que em Dias D'Ávila esse setor tinha a mesma correspondência que a indústria de transformação (18,5%).

Certamente esse cenário foi afetado pelos acontecimentos dos períodos anteriores e mais recentes. Na década de 1980, podem-se destacar dois elementos que condicionaram o quadro setorial da RMS: 1) o expressivo volume de investimentos movimentado pelo Pólo Petroquímico e 2) o registro de um expressivo número de contratações, particularmente durante a primeira metade da década, na administração pública. Os rebatimentos setoriais disso foram a ampliação de vagas na indústria, no comércio e, principalmente, nos serviços (BORGES; FILGUEIRAS, 1995).

Já ao longo dos anos 1990, outros desdobramentos foram promovidos na estrutura setorial, sendo o principal deles causado pela reestruturação produtiva, principalmente, na indústria de transformação. Note-se que essas inovações tecnológicas e de gestão e organização do trabalho, poupadoras de mão-de-obra, estavam associadas a baixas taxas de crescimento econômico e concentraram-se, justamente, no setor industrial, que já tinha uma base intensiva em capital, culminando com o fechamento de inúmeros postos de trabalho. Assim, em 2000, a representa-

tividade desse setor na ocupação geral de cada município pode ser um reflexo desse processo.

Vale ressaltar ainda que a retração dos empregos industriais teve graves repercussões no mercado de trabalho da RMS e nas condições de vida de seus trabalhadores, através: do aumento considerável do número de pessoas desempregadas, de pessoas que tiveram que se reinserir em atividades ligadas a outros setores econômicos, muitas vezes desenvolvendo ocupações informais e precárias, sem contar aquelas pessoas que tiveram que se mudar dos seus municípios de residência em busca de outras oportunidades de trabalho.

Outro importante aspecto do perfil ocupacional dos municípios metropolitanos é a identificação do tipo de vínculo possuído pelos seus trabalhadores. Ao se tocar nessa questão, deve-se insistir na assertiva de que a forma de atuação do Estado, no sentido de atrair investimentos, e a natureza da estrutura produtiva baiana (heterogênea e concentrada em alguns municípios, que atuam como pólos convergentes nas regiões) favorecem a convivência, no mesmo espaço, de atividades ligadas a setores de ponta em conhecimento científico e tecnológico, com alto valor agregado, e situações típicas de uma economia informal, pouco organizada e permeada por precariedade no uso de seus fatores de produção.

É justamente nos segmentos setoriais mais estruturados que estavam, em 2000, as contratações assalariadas com carteira assinada. Contudo, a maior presença de vínculos formais em quase todos os municípios da RMS não implica fazer inferências a respeito da qualidade de vida desses trabalhadores, visto que em setores como o de comércio e de serviços há muitos empregos formais cuja remuneração limita-se a apenas um salário mínimo, valor, inquestionavelmente, insuficiente para a reprodução e manutenção da força de trabalho (Figura 3).

²¹ De acordo com o IBGE, a participação do setor da indústria de transformação no PIB da Bahia no ano de 2002, era 15,9%.

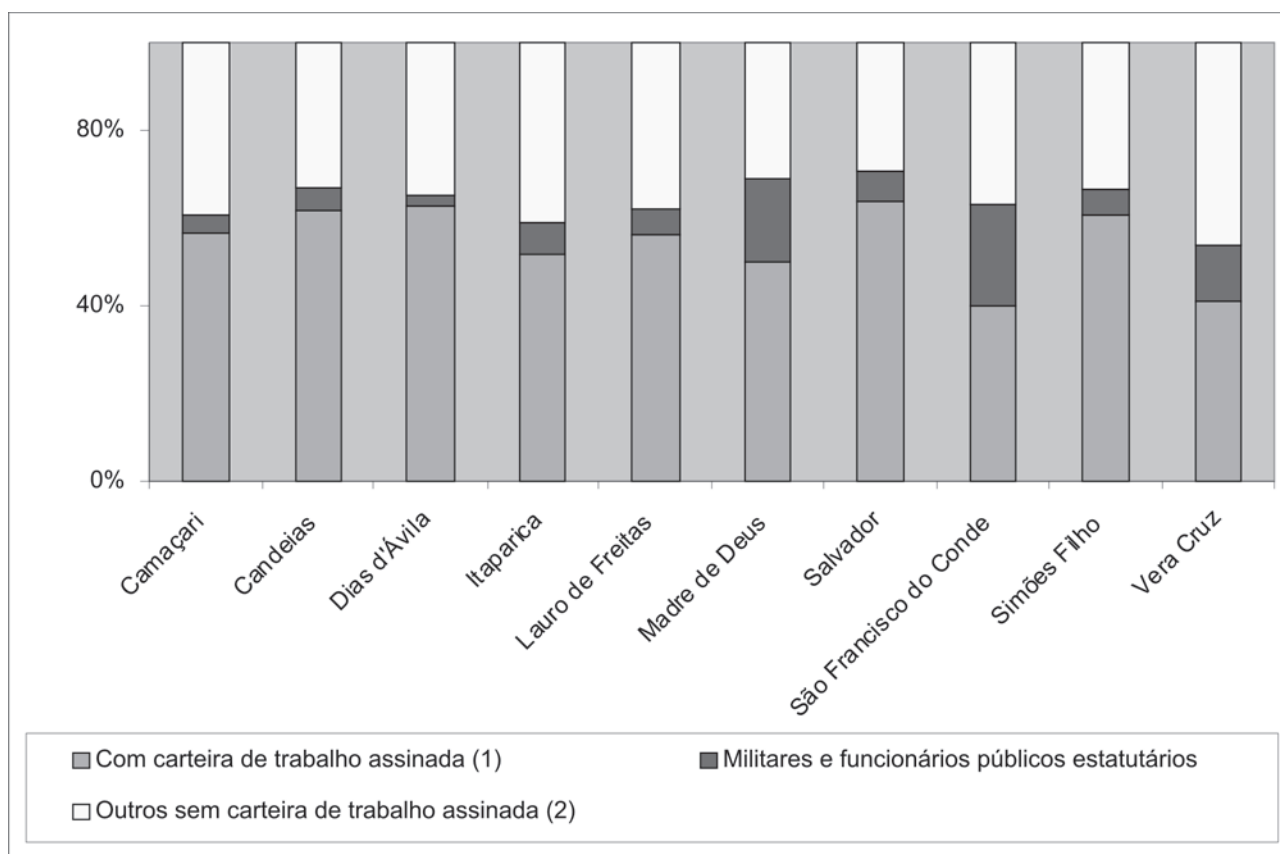


Figura 3 – Distribuição relativa dos empregados, segundo o tipo de vínculo, municípios da RMS, 2000

Fonte: IBGE. Censo Demográfico - 2000 - Microdados da Amostra

Notas: (1) Inclusive os trabalhadores domésticos. (2) Inclusive os aprendizes ou estagiários sem remuneração.

A outra posição ocupacional que assumia a segunda participação mais elevada na ocupação total dos municípios metropolitanos era a de sem carteira assinada, sendo mais registrada em Vera Cruz, com o maior número de trabalhadores nessa condição. Salvador, por ter o maior mercado de trabalho da Bahia, tinha os seus piores problemas. Exemplo disso era que, embora, tivesse a menor proporção de pessoas ocupadas sem carteira assinada, constituía-se no maior contingente populacional desprotegido socialmente (aproximadamente 208 mil trabalhadores), devido a não contribuição previdenciária e a falta de todos os direitos garantidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Ao se analisar mais especificamente as relações de trabalho informais, têm-se que do total de empregados, cujos contratos desrespeitam a legislação trabalhista, aqueles que

não possuíam carteira assinada eram predominantes em quase todos os municípios da RMS, salvo Vera Cruz, Madre de Deus e Itaparica, onde a principal forma de manifestação da precarização do trabalho era a ocupação por conta-própria (Figura 4).

No caso dos três municípios mais importantes do ponto de vista ocupacional, que integravam a RMS — no caso Salvador, Camaçari e Lauro de Freitas —, tem-se que os valores das proporções de trabalhadores por conta-própria no total da ocupação, encontrados em cada um deles, eram muito próximos entre si e alcançavam patamares coincidentes (situação prevalecente no município de Camaçari) ou se situavam em níveis muito próximos do valor apurado para a RMS.

Essa categoria de emprego, sem registro em carteira, era disparada a principal forma de manifestação da

precarização do trabalho, ocorrida no plano do mercado de trabalho metropolitano. As outras duas posições na ocupação (trabalhadores não remunerados em ajuda a membro do domicílio e trabalhadores na produção para o próprio consumo), que também, no contexto conceitual e metodológico desta análise, informam e/ou caracterizam uma situação de trabalho precário, assumiam, em 2000, um peso bastante diminuto no plano da ocupação metropolitana total.

Os únicos dois municípios dentro da RMS em que essas duas formas de inserção no mercado de trabalho possuíam, em 2000, certa importância relativa, sobretudo quando comparada ao padrão que era observado nos seus outros municípios, eram Itaparica (onde os trabalhadores não remunerados em ajuda a membro do domicílio e os trabalhadores na produção para o pró-

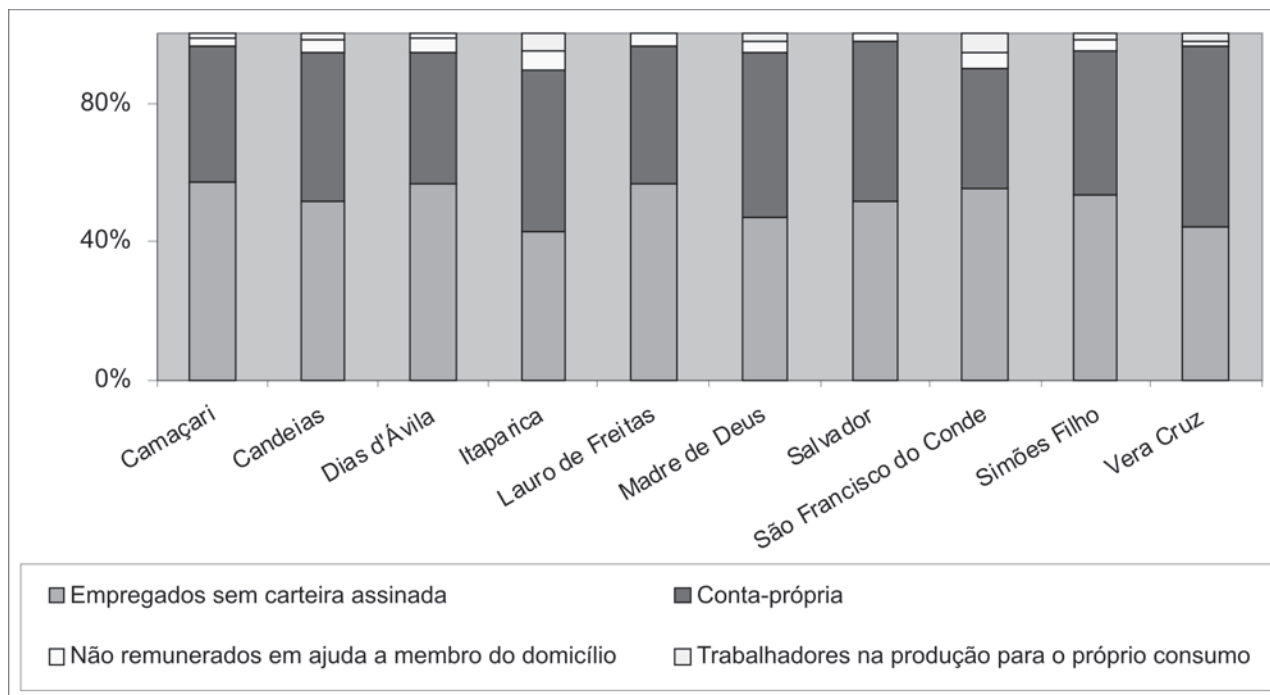


Figura 4 – Distribuição relativa dos empregados informais no trabalho principal, municípios da RMS, 2000

Fonte: IBGE. Censo Demográfico - 2000 - Microdados da Amostra.

prio consumo, representavam, respectivamente, 3,7% e 3,0% do total da ocupação existente) e São Francisco do Conde (onde os trabalhadores não remunerados em ajuda a membro do domicílio e os trabalhadores na produção para o próprio consumo, representavam, respectivamente, 2,4% e 2,9% do total da ocupação existente).

O fato das proporções de trabalhadores não remunerados em ajuda a membro do domicílio e de trabalhadores na produção para o próprio consumo serem tão pouco representativas no conjunto total das ocupações de cada município pode sinalizar que estratégias de sobrevivência — comuns aos indivíduos e às famílias mais frágeis socioeconomicamente e mais presentes no interior do estado — são pouco utilizadas na RMS.

Considerações finais

A análise da estrutura do mercado de trabalho dos municípios da RMS à luz do seu processo de industrialização, das alterações da estrutura produtiva ocorrida nas últimas décadas e considerando o papel de

cada um deles no contexto metropolitano possibilita elaborar algumas considerações, assim como traçar indicações.

1. No que refere à questão do crescimento econômico e da reconhecida prevalência da RMS frente às demais porções da Bahia, pode-se afirmar que seu ingresso na era da industrialização e a “modernização” dos processos de produção, não implicaram em efetivo desenvolvimento que promovesse menor desigualdade entre seus municípios. A posição de boa parte deles foi alterada no decorrer dos anos, porém, as novas funções que assumiram pós-industrialização, não se converteram, até 2000, em uma ampliação significativa na participação das riquezas produzidas na região ou que garantisse aos seus moradores uma independência efetiva do mercado de trabalho e das estruturas de Salvador. A proximidade mesma da capital inviabilizou, ao longo da história, investimentos mais amplos na expansão de serviços públicos e privados para seus municípios próximos — seria mais “econômico” concentrá-los na capital.

2. Quanto à mudança do perfil produtivo, a implantação das indústrias de ponta, em função do perfil das mesmas e das características das cidades em que foram instaladas, não fez com que o setor de serviços deixasse de ser aquele que mais emprega em todos os municípios metropolitanos. O emprego na indústria, observe-se, foi mais evidenciado em Dias d’Ávila, que não guarda nenhuma das principais indústrias metropolitanas. Note-se o peso do setor agrícola em São Francisco do Conde e em Vera Cruz, esse último, um município cuja dinâmica de urbanização, é bastante restrita.

Especificamente para São Francisco do Conde, esse dado aliado ao fato de que, na metrópole, é aquele onde há maior proporção dos trabalhadores para o auto-consumo, e menor proporção de empregados com carteira assinada, induz a questionar os ganhos reais para a população da presença da RLAM em seu território. A riqueza criada por essa estrutura, pode-se afirmar, não repercutiu numa dinamização da vida econômica municipal. A importância dos empregos públicos nesse

“ ... embora a industrialização tenha trazido, inequivocamente, mudanças e ganhos econômicos e de infra-estruturas aos municípios da RMS, alterando o papel de cada um nessa região [...] o planejamento governamental vem privilegiando Salvador e o “desenvolvimento” dos demais municípios se faz subordinado à lógica de expansão da capital.. ”

município, superior à identificada à dos demais municípios da RMS, contribui para reforçar essa idéia.

3. O destaque de Salvador, assinalado diversas vezes neste trabalho, pode ser avaliado também por ser o município com maior percentual de trabalhadores com carteira assinada, situação mais confortável do ponto de vista da proteção dos direitos trabalhistas. Outra questão a destacar, é o contingente ocupado nos setores de serviços e comércio, confirmando sua “vocalização” para o desenvolvimento dessas atividades. Contudo, essa condição reforça sua posição de pólo de atração de migrantes, absorvendo, especialmente, aqueles provenientes do interior do estado e que procuram alguma oportunidade de trabalho. Mas, também, daqueles que, oriundos de outras unidades da federação, trabalhavam em municípios próximos e desejavam residir no maior centro urbano baiano. Assim, para maior compreensão da dinâmica econômica dos municípios, além dos aspectos acima ressaltados, propõe-se, para posteriores estudos, o

uso de outros indicadores especialmente no que se refere à ocupação. Além de abordar a renda média, é necessário que se trabalhe com a migração pendular.

Entende-se, por fim, que embora a industrialização tenha trazido, inequivocamente, mudanças e ganhos econômicos e de infra-estruturas aos municípios da RMS, alterando o papel de cada um nessa região — observe-se por exemplo, o crescimento da importância de Camaçari e Lauro de Freitas na distribuição da população e das estruturas produtivas, ao tempo em que os municípios da ilha de Itaparica mantiveram um perfil que favoreceu sua estagnação — o planejamento governamental vem privilegiando Salvador e o “desenvolvimento” dos demais municípios se faz subordinado à lógica de expansão da capital. Dito de outro modo, tanto no passado agrícola quanto no presente com a industrialização, na ausência de uma gestão metropolitana efetiva, a lógica de expansão dos demais municípios da RMS se realiza a partir do comando de Salvador. Com isso, confirmando as estratégias esboçadas nos anos 1970, ainda que os demais municípios atuassem como centro produtivos, o que não deixa de ser necessário do ponto de vista da ocupação, as estruturas que mais geravam riqueza para a região se expandiam ao norte da metrópole e estavam diretamente ligadas ao seu o centro econômico e financeiro.

Referências

AZEVEDO, José S. G. Economia e mercado de trabalho na Bahia e RMS: uma abordagem de longo prazo. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 10, n.1, p. 49-67, jun. 2000.

BORGES, Ângela. A desestruturação do mercado de trabalho de uma metrópole periférica. **Cadernos Ceas**, Salvador, n. 208, p. 43-61, nov./dez.2003a.

BORGES, Ângela. **Desestruturação do mercado de trabalho e vulnerabilidade social: a Região Metropolitana de Salvador na década de 90**. 2003. 376 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 2003b.

BORGES, Ângela, FILGUEIRAS, Luiz. Mercado de trabalho nos anos 90: o caso da RMS. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 5, n. 3, p. 30-36, dez.1995.

CARVALHO, Inaiá M. M.; SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de. A produção não-capitalista no desenvolvimento capitalista em Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de; FARIA, Vilmar (Org.). **Bahia de todos os pobres**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1980. p. 71-101.

CARVALHO, Inaiá M. M.; SOUZA, Ângela Gordilho; PEREIRA, Gilberto Corso. A polarização e segregação socioespacial em uma metrópole periférica. **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, n. 41, p. 281-297, mai./ago. 2004.

FARIA, Vilmar. Divisão inter-regional do trabalho e pobreza urbana: o caso de Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de; FARIA, Vilmar (Org.). **Bahia de todos os pobres**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1980. p. 23-40.

FRANCO, Angela. Aspectos do processo de metropolização na Bahia. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 3, n. 2, p. 79-86, set. 1993.

FRANCO, Daniela; et al. O mercado de trabalho metropolitano: retirando o foco de Salvador. **Bahia Análise & Dados**. Salvador. Bahia. SEI, v. 15, n. 4, p. 427-440, mar. 2006.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Reestruturação sistêmica e mobilidade predatória: destino de trabalhadores em espaços sociais sob intensa mudança. In: LIMA, Paulo Costa (coord.) .[et al.]. **Quem faz Salvador**. Salvador: UFBA, 2002. p. 269-285.

MENEZES, Vladson. Bahia: uma economia em transição. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 10, n. 3, p. 74-83, dez. 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. Salvador: os exilados de opulência (expansão capitalista numa metrópole pobre). In SOUZA, Guaraci Adeodato. de A.; FARIA, Vilmar. **Bahia de todos os pobres**. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 9-21. Prefácio.

OLIVEIRA, Francisco de. **O elo perdido**. Classe e identidade de classe. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RODRIGUES, Flávia Santana; SOUZA, Laumar Neves de. Heterogeneidade e precariedade ocupacional no mercado de trabalho metropolitano. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16, 2008, Caxam-

bú. **Anais...** Minas Gerais: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2008.

SANTANA, Marcelo. Mudanças nas formas de inserção da população ocupada na Bahia dos anos 1990. **Série Estudos e Pesquisas**, Salvador, v. 59, p. 45-64, 2003.

SANTOS, Luiz Chateaubriand Cavalcanti. Modernidade e tradição: mudanças recentes na estrutura setorial do emprego na RMS. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 8, n. 2/3, p. 46-52, dez./1998.

SANTOS, Milton. **O centro da cidade do Salvador**. Estudo de geografia urbana. Salvador: Progresso, 1958.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, Milton. **Por uma nova geografia**. São Paulo: Edusp, 2002.

SUPERINTENDENCIA DE ESTUDOS ECONOMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Mercados de trabalho municipais na Bahia**: perfil dos mercados de trabalho em municípios e regiões econômicas e subsídios para políticas públicas. Salvador, módulo 1, 2005, mimeo.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Mudanças sociodemográficas recentes**: Região Metropolitana de Salvador. Salvador: SEI/UFBA, 1999.

TEIXEIRA, Francisco; GUERRA, Oswaldo. **50 Anos da industrialização baiana**: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 10, n. 1, p. 87-98, jun. 2000.

VIEIRA, Luiz Mário Ribeiro, SOUZA, Roberta Lourenço. PIB baiano: uma análise do período 1975/2000. **Série Estudos e Pesquisas**, Salvador, v. 58, p.103-110, 2003.



Avenida ACM, 846 – Edif. Max Center Sala 332 – Itaigara – CEP 41.825- 000, Salvador, BA

Tels.: (71) 3344-1650, (71) 9989-9778 – Fax (71) 3344-1650

ipa.bahia@gmail.com - ipapesquisa@hotmail.com

www.ipapesquisa.com.br

O Instituto de Pesquisas Aplicadas da Bahia (IPA), é uma associação civil, de direito privado, de caráter técnico científico, sem fins lucrativos, com autonomia jurídica e financeira, que possui os seguintes objetivos:

- a) Realizar estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos;
- b) Desenvolver e realizar projetos voltados para a promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- c) Exercer, isoladamente ou em parceria com entidades oficiais e particulares, de modo a estimular e contribuir para o progresso da ciência, da educação do desenvolvimento sustentável nacional, atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação;
- d) Incentivar o intercâmbio científico e cultural com entidades nacionais e internacionais que desenvolvam atividades congêneres;
- e) Realizar estudos, pesquisas científicas, planejamento, projetos, assistência e orientação técnica diretamente ou mediante associação com instituições universitárias nacionais e internacionais;
- f) Incentivar o ensino, a pesquisa e a extensão mediante a concessão de prêmios, bolsas de estudo e estágios para professores, pesquisadores e estudantes de nível universitário;
- g) Realizar e ou promover cursos, seminários e outras modalidades de treinamentos para a formação e especialização de mão-de-obra;
- h) Realizar e ou promover, cursos de curta e de longa duração em níveis de extensão, especialização e pós-graduação, congressos, seminários e outros eventos de natureza científica, no âmbito da sua competência;
- i) Realizar atividades voltadas para a promoção, defesa e a preservação da cultura popular, mediante a realização de estudos, seminários e eventos, que impliquem na geração de emprego e renda, inclusive nas áreas abrangidas pela indústria cultural, do entretenimento e do turismo;
- j) Produzir e editar livros e revistas de cunho científico, diretamente ou de forma consorciada com instituições e editoras universitárias nacionais e internacionais;
- k) Promover o incentivo à leitura mediante o apoio à formação de bibliotecas em comunidades carentes;
- l) Realizar diretamente ou em consórcio com outras instituições, projetos de desenvolvimento e de aplicação de tecnologia;
- m) Realizar diretamente ou em consórcio com outras instituições, projetos de cunho social nas áreas de habitação e moradias;
- n) Apoiar e estimular iniciativas de empreendedorismo e inovação.